

INTEGRALISMO LUSITANO ENTRE CIRCULAÇÕES E COMPARAÇÕES COM O FASCISMO BRASILEIRO¹

LUSITANIAN INTEGRALISM BETWEEN CIRCULATIONS AND COMPARISONS WITH BRAZILIAN FASCISM

Leandro Pereira Gonçalves¹

Resumo: O Integralismo Lusitano (IL), fundado em 1914 por jovens intelectuais, visava estabelecer um regime monárquico corporativista em Portugal. Liderado por figuras como António Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Hipólito Vaz Raposo, José Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Francisco Rolão Preto, o grupo buscava a restauração nacional com base nos valores medievais e no cristianismo. Paralelamente, defendia o nacionalismo, aproximando-se a tendências presentes no Brasil, onde se estabeleceu a mais bem-sucedida expressão do fascismo fora da Europa, a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado. Embora a composição dos integralismos português e brasileiro não seja idêntica, este estudo busca analisar como o movimento em Portugal influenciou seu congênere brasileiro, ambos inseridos em um contexto comum dentro de uma rede intelectual, o que contribuiu para a interlocução política entre os dois países.

Palavras-chave: Integralismo, Fascismo, Brasil, Portugal.

Abstract: Lusitanian Integralism (IL), founded in 1914 by young intellectuals, aimed to establish a corporatist monarchical regime in Portugal. Led by figures such as António Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Hipólito Vaz Raposo, José Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga, and Francisco Rolão Preto, the group sought national restoration based on medieval values and Christianity. Simultaneously, they advocated nationalism, aligning with trends present in Brazil, where the most successful expression of fascism outside Europe, the Brazilian Integralist Action (AIB), led by Plínio Salgado, was established. Although the compositions of Portuguese and Brazilian integralism are not identical, this study aims to analyze how the movement in Portugal influenced its Brazilian counterpart. Both were embedded in a common intellectual network, which contributed to the political dialogue between the two countries.

Keywords: Integralism, Fascism, Brazil, Portugal.

No período que antecede a Primeira Guerra Mundial, foi fundado, por jovens monarquistas, um clube literário em Portugal, denominado Integralismo Lusitano (IL). Nos anos subsequentes, o grupo transportou-se para ação política organizada, com o intuito de realizar revoltas em prol da monarquia portuguesa (Pinto, 1994, p. 24). O modelo monárquico proposto por eles buscava o “estabelecimento do regime corporativo para as profissões e misteres”, que não deveria ser confundido “com as repúblicas

¹ Professor de História do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador CNPq e FAPEMIG. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Investigador colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR/UCP). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) e Coordenador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória e Membro do Conselho Administrativo da International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas). Contato: leandro.goncalves@ufjf.br

monárquicas do século XIX, vulgarmente chamadas *monarquias liberais*” (Monsaraz, 1920, p. 5-25).

Dentre os principais membros, destacam-se António Sardinha – principal teórico –, Alberto de Monsaraz, José Hipólito Vaz Raposo, José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga, além do jovem Francisco Rolão Preto. Nesse sentido, não havia um líder único, apesar de Sardinha ocupar o papel de mentor incontestável (Pinto, 1994, p. 36). Alguns deles estabeleceram importante contato com a *Action Française*², que serviu de base inspiratória para a idealização do grupo, cuja fundação oficial relaciona-se à publicação do primeiro número da revista *Nação Portuguesa*, em 1914.

Sua organização foi dividida em três grandes fases: a primeira, da fundação até a Ditadura Sidonista de 1917-18; a segunda, até o ano de 1922, quando houve a tentativa de organizar efetivamente um movimento político; a terceira, em que houve maior proliferação descentralizadora dos núcleos até a dissolução, em 1932. Durante todo esse período e com um projeto que aspirava “à construção de uma monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar” (Ferreira, 2009, p. 239), o IL deixou uma profunda marca intelectual na cultura política portuguesa do século XX (Pinto, 1994, p. 25).

Sendo assim, analisar o integralismo que se estabeleceu em território lusitano é fundamental para a compreensão da política do período em Portugal: “sem o integralismo, não seria possível compreender a história das ideias e dos fatos em Portugal do nosso tempo – o *Integralismo Lusitano* explicava-o e explicava-nos” (Quintas, 2004, p. 13). Para mais, a influência exercida pelos integralistas portugueses ultrapassou as fronteiras nacionais, ressoando, inclusive, no Brasil, com a Ação Integralista Brasileira (AIB), que foi a mais bem-sucedida expressão do fascismo fora do continente europeu.

Ao contrário do movimento português, o integralismo brasileiro era centralizado no líder Plínio Salgado³, que organizou a fundação do movimento em 1932, a partir do *Manifesto de Outubro*, documento que estabelecia as diretrizes iniciais do grupo. Nele, foi proposto um projeto para a nação: a formação de um grande movimento nacional, que apresentava a defesa de um nacionalismo baseado no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social e a aversão ao cosmopolitismo como sustentáculo em favor de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto autoritário (Gonçalves, 2018).

Com essa proposta, o fascismo no Brasil logrou de rápido crescimento, nomeadamente por apresentar uma intensa campanha com um simbolismo muito bem-preparado. Assim como os movimentos fascistas na Europa, havia uma importante representação simbólica no integralismo brasileiro. Em defesa do lema “Deus, pátria e

família”, os militantes deveriam usar camisas verdes e eram representados pela letra grega sigma (Σ), um símbolo matemático que indicava o projeto de um Estado único e integral. Era uma simbologia que fascinava os adeptos e que possuía a saudação máxima representada pela palavra “Anauê”, cujo significado é “Você é meu parente”. De origem indígena, era utilizada como caracterização do movimento, além de forma de respeito às categorias hierarquizadas dentro do integralismo (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Além disso, por mais que a AIB buscasse expressar originalidade em seu discurso, afirmando-se como um movimento genuinamente brasileiro e negando, por vezes, a existência de relações e inspirações políticas com outros grupos, é certa a existência de conexões que influenciaram na concepção do projeto idealizado por Salgado, especialmente com o catolicismo social, a *Action Française*, o próprio IL e o fascismo italiano (Gonçalves, 2018).

Tendo a composição dos movimentos brasileiro e português em vista, bem como os diferentes contextos em que se consolidaram, entende-se que os integralismos não possuem a mesma significação, nem tampouco podem ser colocados como similares de forma totalizante. No entanto, é visível que a organização lusitana serviu de abertura para o pensamento do congênere brasileiro. O conservadorismo português estava inserido em uma rede de ideias e práticas que promoveu inspiração política na organização do movimento estabelecido no Brasil. O líder, Plínio Salgado, desenvolveu uma série de apropriações de ideias que estavam disponíveis no seu tempo, por meio de uma associação entre as matrizes vindas da infância, da juventude e da interlocução com os modernistas.

Havia, portanto, uma circularidade cultural que o conservadorismo português e o brasileiro partilhavam. Com essa relação, vê-se a constituição da trajetória histórica do sujeito político que foi Salgado. Sendo assim, este artigo tem como objetivo investigar as relações entre integralismos, sobretudo a partir da concepção doutrinária de Plínio Salgado, que apresentava um discurso político baseado na visão cristã espiritualista. Busca-se realizar um processo comparativo no sentido de compreender as convergências e divergências entre eles.

Estruturação do integralismo em Portugal e as ressonâncias no caso brasileiro

Desde a fundação de ambos os integralismos, havia uma preocupação com a originalidade. Os integralistas em Portugal não aceitavam o rótulo de miméticos ou

plagiadores da *Action Française*, tendo em vista seu propósito de apresentar algo novo para a sociedade. Isso foi expresso, por exemplo, por Hipólito Raposo:

[...] o equívoco de uns e a má-fé de muitos cercaram o Integralismo Lusitano de um rumor de suspeição que o acompanhou desde os primeiros passos. E ainda agora, após tantas justificações, este movimento de renovação nacional é considerado por muita gente como simples artigo de importação francesa, sem fundamento tradicional, sem razão de vida própria, enfim, como um caso de moda intelectual ou de pedantismo culto. (Raposo, 1929, p. 12)

Essa preocupação também foi demonstrada por Plínio Salgado, que possuía como necessidade básica a afirmação de originalidade perante a sociedade. Nesse sentido, o chefe do integralismo brasileiro afastava-se de afirmar diretamente as matrizes culturais e apropriações que embasavam o pensamento da AIB, muito embora elas fossem existentes. Sendo assim, por mais que o discurso dos dois integralismos tenha buscado esse afastamento, é evidente que houve um processo de circularidade basilar para a constituição das organizações, sobretudo no caso do IL, constituído por uma juventude intelectualizada oriunda da Universidade de Coimbra: “Nascidos nos anos 89-91 do século passado, é na Universidade de Coimbra que, nos anos que medeiam 1907-11, irão adquirir o fundamental da sua personalidade intelectual” (Pinto, 1983, p. 1411).

Por sua vez, Plínio Salgado, nascido em 1895, não possuía formação acadêmica, o que reflete em diferenças existentes entre as duas organizações. Apesar disso, o integralismo brasileiro muito se assemelha ao IL, visto que ambos apresentavam como base o nacionalismo e o anticomunismo, bem como tinham a presença de intelectuais tradicionais católicos em seu interior.

Em relação ao caso lusitano, o movimento surgiu em um contexto de reação às doutrinas emergentes no século XX e, assim, representou uma resposta conservadora aos avanços de modernização pelos quais o mundo passava naquele período:

Em Portugal, o Integralismo Lusitano renovou o pensamento conservador (católico, antiliberal e contrarrevolucionário), conferindo-lhe um nacionalismo vincadíssimo e uma forte reação das forças agrárias ao Estado Liberal que começou a claudicar com a eclosão da I Guerra Mundial, propondo as teorias integralistas um retorno mais ou menos claro ao passado pré-liberal e ao reino encantado da nobreza latifundiária. (Ferreira, 2005, p. 308)

A expressão que deu nome ao grupo foi utilizada pela primeira vez no ano de 1913, em uma publicação feita por Luís de Almeida Braga – um dos “mestres”⁴ do grupo – na revista *Alma Portuguesa*. Um ano depois, foi fundada a revista *Nação Portuguesa*, com intuito de difundir uma proposta monárquica em Portugal, a partir da concepção

integralista. No ano de 1922, as atividades do IL foram suspensas por falta de concordância com o *Pacto de Paris*⁵: “Sob o ponto de vista estritamente organizativo, o IL nunca recuperou da autodissolução de 1922. Alguns anos mais tarde, a morte do seu líder incontestado, António Sardinha, dificultou ainda mais a tentativa de reconstituição” (Pinto, 1994, p. 36).

Diferente do movimento brasileiro, que não só se transportou à ação pelo caráter fascista como também se tornou partido político⁶, o IL nunca se transformou em uma agremiação política totalmente organizada em uma concepção partidária ou regimental. O movimento, por ser um celeiro de intelectuais, agia principalmente no campo das ideias, tendo as letras como principal arma de desenvolvimento político: “O Integralismo Lusitano foi um movimento político que, acima de tudo, sempre se caracterizou por um grande elitismo social e cultural” (Martins, 2004, p. 271).

A falta de uma força burocrática, em caráter partidário, gerou obstáculos no sentido de crescimento político, o que criou a ramificação do grupo:

A opção fascista colocou-se a grande parte do setor juvenil e dos simpatizantes militares. O núcleo duro da Junta Central irá manter-se fiel à monarquia, apoiando todos os projetos de instauração de uma nova ordem corporativa e radicalmente antiliberal. [...] Alguns elementos da chamada segunda geração integralista aderiram de imediato à ordem salazarista, como Marcello Caetano, sucessor de Salazar no fim da década de 60. Mas em 1932, Rolão Preto, ao mesmo tempo que aceitava a dissolução da Junta Central da qual era o elemento mais jovem, fundou o Nacional-Sindicalismo. (Pinto, 1994, p. 36)

Excetuando o período relacionado a essa nova organização política nascedoura no interior IL, o Nacional-Sindicalismo (N/S)⁷, as bases políticas sempre foram mantidas durante o período de vigência do movimento. Nesse sentido, os integralistas lusitanos

[...] afirmaram-se como nacionalistas e corporativistas, monárquicos e reacionários, tradicionalistas e organicistas, antiparlamentaristas, positivistas de direita (como Barrès e os teóricos da *Action Française*, Maurras, Daudet e Bainville), cientificistas (o caso mais notável é Pequito Rebelo embrenhado na leitura de Gustave Le Bon), profetas da sociedade antiburguesa (como Geroge Sorel e George Valois agremiados no *Cercle Proudhon*) e antimaterialistas, progressivamente neotomistas (sobretudo António Sardinha na esteira de Jacques Maritain e de Maulnier). (Carvalho, 1995, p. 87)

Essas ideias, presentes desde a fundação do movimento lusitano, ganharam atenção no Brasil entre alguns movimentos conservadores, como é o caso do fascismo brasileiro. A AIB fez uso de ideias pautadas na leitura de Le Bon e outros teóricos, aliado a teorias desenvolvidas pelo líder. Além disso, o pensamento literário de Plínio Salgado foi consolidado, por meio do verdeamarelismo⁸, em torno do discurso reformista,

conservador e radical, que pautou a década de XX no contexto brasileiro – o que havia ocorrido, de forma semelhante, em Portugal:

[...] o ponto de unidade que os individualiza e cujo estigma marcará a sua intervenção futura inicia-se no campo literário e estético. Aqui intervenção enquanto estudantes, constituindo-se em tertúlia de debate e leitura. Sardinha republicano frequenta o monárquico Monsaraz e juntamente com Hipólito Raposo publicam ficção, poesia, crítica de teatro, etc. Eram conhecidos com o grupo dos ‘Exotéricos’. (Pinto, 1983, p. 1412)

Verifica-se, portanto, uma forte influência cultural e intelectual na estruturação de ambos os integralismos, em Portugal e no Brasil. Ademais, havia uma rede de circulação cultural em que os movimentos português e brasileiro estavam inseridos.

Portugal e Brasil: circularidades entre integralismos

A prática da cultura política nacionalista “preconiza a criação de um Estado autoritário, eventualmente monárquico, que assentaria nas comunidades naturais, a cultura política católica procura as vias da realização do cristianismo na cidade através de organizações políticas diversas e por vezes opostas” (Berstein, 1998, p. 354). Essas concepções culturais estiveram presentes na criação de ambos os integralismos, em Portugal e Brasil, que se definiam como doutrinadores, ou seja, aqueles que possuem uma verdade a ser levada para a sociedade.

Na compreensão de Pequito Rebelo (1921, p. 5), “O integralismo, verdadeira ressurreição do espírito nacional, é ao mesmo tempo uma doutrina de princípios, um sistema de instituições e uma disciplina de combate”. Nesse sentido, os princípios podem ser compreendidos como elementos políticos de dominação, que foram operacionalizados por meio da criação de mecanismos que possibilitassem o entendimento popular: “é conveniente que o integralismo seja traduzido na simples e forte linguagem do lavrador, que tem uma fala e um pensamento, aprendidos na escola da Terra” (Rebelo, 1921, p. 5). Ou seja, buscava-se a dominação e a catequização por meio da simplificação da linguagem, o que era uma perspectiva partilhada também por Plínio Salgado. Ao lançar o livro *O que é o integralismo* (1933), o líder do fascismo brasileiro disse:

A presente exposição da doutrina integralista eu faço para as massas populares, procurando ser o mais simples possível [...] Escrevo para o meu povo, numa hora de confusão e de dúvidas, tanto nacionais como universais, e todo o meu desejo é tornar acessível aos simples o pensamento que já penetrou predominantemente as classes ilustradas do País. Este livro pertence ao operário das cidades e aos trabalhadores do

campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os cursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais. (Salgado, 1937a, p. 31-32)

Com a adaptação dos fundamentos teóricos para uma linguagem simplificada, os movimentos buscaram sua expansão e, para esse fim, utilizaram a educação. No caso do português, foram criadas juntas escolares, que tinham o propósito de desenvolver, com mais propriedade, o movimento. Em 1931, a *Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano* lançou um comunicado que dizia:

O esforço doutrinário do Integralismo Lusitano, em menos de duas décadas, bastou para varrer da melhor parte da mentalidade portuguesa a nuvem fantasmagórica e mitos que de há muito a vinham degradando. Dia a dia, os fatos de cá e de fora vêm dando luz mais viva às nossas diretrizes políticas, sociais e econômicas. [...] É nosso propósito promover a publicação duma série de Estudos Políticos, econômicos e sociais, de instante oportunidade, subscritos por alguns dos melhores valores do nacionalismo português. Só com grandes sacrifícios, que voluntariamente aceitamos, poderemos vencer as enormíssimas dificuldades materiais com que inevitavelmente vamos defrontar-nos. Conosco trazemos apenas aquela fé inabalável que multiplica as forças, e o entusiasmo, sem mancha da nossa mocidade. (JEC-IL – AHS-ICH, C034)

Já a AIB possuía diversos periódicos com o objetivo de divulgar os preceitos do integralismo brasileiro: “No período de existência legal do movimento integralista foram editados cento e trinta e oito jornais oficialmente ligados ao movimento, sendo dois de circulação nacional, trinta de circulação regional e cento e seis de circulação local ou nuclear” (Oliveira, 2011). Salgado afirmava que

A grande missão que o país tem o direito de exigir da imprensa nestes dias [...] é, acima de tudo,- doutrinar. Doutrinar a boa doutrina, que é aquela que se origina da consideração superior dos acontecimentos [...] num rumo de superior finalidade política. [...] A imprensa falhará a sua finalidade, se si alistar [...] como orientador de grupos ou de classes, de interesses pessoais e de conchaves de ambições [...] não prestará nenhum serviço a nacionalidade. Agirá como uma deseducadora das massas. (Salgado, 1935b, p. 157-161)

Nesse sentido, o incentivo educacional era elemento central no discurso integralista, que tinha como preceito a dominação. Para o líder brasileiro, “A alma de um povo só se desperta com coragem, com fé, com energia, numa arregimentação contínua, em permanente doutrinação” (Salgado, 1935b, p. 198). Ou seja, havia a necessidade de doutrinar e mostrar à sociedade caminhos a serem seguidos, sobretudo crianças, que eram um dos alvos fundamentais da sua ação pedagógica.

Na ótica da doutrinação, a ideia de nação e o sentido da valorização nacionalista foram outra convergência entre os integralismos. Para o IL, a implantação da república em Portugal, no ano de 1910, havia promovido a destruição da nação, juntamente com a degradação já causada pela monarquia absolutista. A esse respeito, os integralistas portugueses eram defensores de uma política tradicionalista, na qual a visão sobre o absolutismo não correspondia à visão tradicionalista que identificava o poder pessoal como Monarquia absoluta. Desse modo, o IL

[...] deseja provar que na nossa monarquia, salvo raras exceções, não houve ‘absolutismo’, pois os reis procuraram sempre respeitar as leis existentes e as liberdades do povo português. No liberalismo é que, efetivamente, houve ‘absolutismo’, pois calcaram-se as leis legítimas da monarquia. Esta foi, de fato, a ideia apresentada pelos integralistas, que distinguiram ‘poder pessoal’, que o rei tem efetivamente de assumir, e ‘poder absoluto’, que constitui já um vício. [...] É neste contexto teórico – de combate, é certo, mas já fora do ambiente polêmico pombalino de 1882 – que temos de entender a posição integralista em relação ao Ministro de D. José. Ela vai considerar que o ‘poder absoluto’ só existiu em Portugal no tempo de Pombal. [...] Diga-se, porém, como complemento, que não era o integralismo, movimento de raiz miguelista, o único setor monárquico que então tomara posição contra as manifestações em honra de Pombal. (Torgal, 1989, p. 84)

O objetivo dos integralistas lusitanos não era simplesmente promover a restauração nacional da época monárquica, mas, sim, criar um elemento que pudesse justificar a necessidade de retomar o Portugal dos chamados “tempos áureos”, no processo caracterizado como medieval. Nesse sentido, António Sardinha afirmava que “é de uso corrente reputar-se à Idade Média como um eclipse duradouro da inteligência humana, só ressuscitada do seu sono longuíssimo pelos clarões vitoriosos da Renascença. A calúnia da Idade Média é a calúnia contra a Igreja” (Sardinha, 1975, p. 20). Ou seja, os valores medievais de defesa nacionalista estavam associados a uma prática cristã.

Pensar o nacionalismo com a prática religiosa era o caminho difundido pelos integralistas brasileiros da mesma forma que ocorria em Portugal. Segundo Salgado, “Construir uma Pátria é muito difícil. [...] Porque uma Nação pode ser uma obra política, mas uma Pátria é uma arquitetura moral e espiritual” (Salgado, 1936b, p. 15-18). Dessa forma, o discurso do líder fascista no Brasil congregava elementos de sentimento nacional e pensamento cristão, buscando relacioná-los:

Despertar em si próprio as forças do sentimento nacional porque a fusão de todas as centelhas de patriotismo de cada coração formará fogueira que incendiará o grande coração da Pátria Total. Pedir a Deus coragem e paciência, fortaleza e inspiração, energia e bondade, severidade sem alarde, bravura sem ostentação, virtude sem orgulho puritanista,

humildade sem dignidade e dignidade sem egolatria. (Salgado, 1935a, p. 18)

A defesa do espiritualismo era um artifício, além da crença, que possibilitava a mobilização da sociedade em torno do ideal integralista, pautado pelo discurso salvacionista: “Só o integralismo, portanto, salvará o Brasil? - Sim. Só o integralismo salvará o Brasil, porque é o único movimento que tem um fim patriótico. O integralismo quer a nossa Pátria livre de todos os seus inimigos e de todos os males que dificultam a felicidade do povo brasileiro”. (Salgado, 1934a, p. 6)

Em um processo similar, o IL caminhava no sentido de buscar uma solução para os problemas portugueses. No início do século XX, os integralistas em Portugal mostravam certa preocupação com o rumo do que definiam por *lusitanidade*, ou seja, o nacionalismo português no sentido de glorificação das raízes no espaço da antiga Lusitânia. Para eles, o real objetivo de luta era retomar a origem mais pura da nação portuguesa no contexto de grandeza do país. O discurso do movimento tramitava na seguinte concepção:

Precisamos, pois, de restaurar Portugal na pureza das instituições que fizeram a sua glória e que provieram em linha reta do seu gênio social e político. Se a sua vida se desnacionalizou, se deixou de ser bem português em algumas das mais belas manifestações do seu espírito, nas suas atuais maneiras e tendências, e se muito particularmente o deixou de ser no bom governo da sua casa, urge que nós o nacionalizemos, o reaportuguesemos, o reconduzamos à claridade primeira do caminho por onde outrora seguiam seus passos, na firmeza tranquila de quem não conhece tortuosidades ou desvios. Façamos que Portugal se ponha de acordo consigo mesmo, que regresse à linha de evolução naturalmente marcada pelo íntimo sentido do seu melhor passado (Vide, 1923, p. 60).

Seria necessária, portanto, a retomada dos valores medievais. Nesse sentido, António Sardinha afirmava que “A constituição histórica da Europa, apoiada na propriedade e na família, é estruturalmente medieval e católica” (Sardinha, 1975, p. 33). Na concepção integralista, que definia o IL como “um movimento tradicionalista, conservador e contrarrevolucionário” (Ferreira, 2009, p. 246), a monarquia era vista como a única saída para as dificuldades de Portugal. Dessa forma, o caminho liberal adotado pelo país no início do século XX seria excluído e a grandeza restabelecida com a “restauração de uma tradicional concepção do Estado-Nação, contra a concepção liberal do Estado, fundada no individualismo político e expressa, através do sufrágio universal, na democracia parlamentar” (Cruz, 1982, p. 154).

Nessa perspectiva, o pensamento baseado na concepção cristã era exaltado, como pode ser observado no discurso de membros do movimento:

Para nós a Nação tivera princípio, mas o fim só Deus lho poderá dar, devendo assim considerá-la pela inteligência e pelo sentimento, na sua indefinida duração, na sua quase-eternidade. Deste conceito derivou o nosso Nacionalismo de doutrina e ação, para a defesa da unidade de aspirações e sentimentos gerais, no conjunto das regiões das províncias e das corporações; e afirmou-se o nosso Patriotismo militante, como sentimento de amar à Nação pelo desejo de a servir em paz e de a defender em guerra justa: o Nacionalismo em pensamento, amor e ação. A Monarquia, a Realeza, aprecia-nos como meio, não como fim, neste destino de servir a coletividade; a doutrina do nosso nacionalismo, para que fosse lógico, perfeito, tinha de concluir na necessidade do Rei. O monarca era também, em primeiro lugar, um servidor da Nação. Esta foi a razão que, levanto-nos a confessar a Monarquia, nos tornou ao mesmo tempo adversários dos outros monárquicos que o eram por diversos motivos e sem nenhuma razão (Raposo, 1929, p. 43-44).

Na mesma tônica, a AIB defendia a reconstrução do Brasil. Enquanto para os integralistas de Portugal era preciso retomar a *lusitanidade*, para os brasileiros era preciso a busca da *brasilidade*. O próprio líder brasileiro afirmava que as relações entre Europa e Brasil eram próximas, pois os males existentes eram os mesmos:

Afirmar que não temos os mesmos problemas sociais que agitam os povos da velha Europa é desconhecer candidamente leis que regem a evolução do capital e trabalho, na sua marcha secular. [...] Evidentemente, o aspecto forma do nosso problema social e político não é idêntico ao que nos apresentam outras nações. Pois cada país tem a sua fisionomia própria, suas circunstâncias especiais, sua maneira de sentir as crises de natureza universal. Mas o fato é que todas as situações de mal-estar dos povos têm a mesma origem, vão buscar suas causas nas mesmas leis gerais e nos mesmos impositivos da marcha da civilização. (Salgado, 1935b, p. 149-150)

Teoricamente a *brasilidade* deveria estar na raiz indígena existente no Brasil, com os valores dados ao tupi-guarani, como a saudação *Anauê*, que é um exemplo claro da imagem que se tentava transmitir. No entanto, é preciso notar que a busca da brasilidade não ocorreu única e necessariamente nos indígenas: ao analisar o pensamento do líder integralista, verifica-se que o propósito do movimento era a valorização total do período colonial. Ou seja, o único período da História do Brasil que não havia independência era visto por ele como o mais benéfico e engrandecedor, justamente por ter a presença lusitana. Em *Psicologia da Revolução* (1933), obra destinada aos intelectuais, afirmou que

O Brasil só fora realmente brasileiro, realmente nacionalista, dentro da Colônia. Parece um contrassenso, mas é exato. Pois Portugal estava tão longe de nós e nos excluía de tal forma de sua vida política e social, que tratávamos de viver uma vida em separado. Uma vida espontânea, bárbara e selvagem. Sobrevivendo a Independência e o contato mais a miúdo com as nações da Europa, começamos a copiar, operação que

nunca deixaríamos mais de praticar através de toda a Monarquia e através de quarenta anos de República. Essa ânsia de liberdade avassalava os povos. Toda a América palpitava no grande sonho do século. Em Portugal mesmo e na Espanha, acentuavam-se os movimentos liberais. (Salgado, 1935c, p. 128)

Plínio Salgado, portanto, mostrava atenção com os acontecimentos portugueses. Em 1932, antes da fundação da AIB, dizia “ali mesmo na península ibérica, Portugal assume uma atitude nacionalista que objetiva principalmente à restauração do prestígio do governo” (Salgado, 1934b, p. 147). O líder do integralismo no Brasil transportava para o período colonial a ideia medievalista do IL. Como no Brasil não houve Idade Média a partir da contextualização historiográfica europeia, ele buscou uma raiz da originalidade brasileira. Dessa forma, enxergou a colônia como o medievalismo do caso lusitano, buscando a chamada pureza brasileira, ou seja, a brasilidade:

Eles nos demonstraram como as elites cultas do Rio e do litoral viviam uma vida francesa e inglesa, já nos primórdios da Independência, ao passo que o grosso das populações vivia ainda a vida brasileira que nós criamos durante o longo período da colônia, sem nenhuma influência, nem mesmo de Portugal. (Salgado, 1935c, p. 138)

Retomando o período áureo brasileiro, o nacionalismo e a força do Brasil poderiam ser restituídos de forma intensa e com grandeza a partir da AIB, com seus membros unidos em um grande movimento nacionalista. A forma de alcançar a mais pura nacionalidade era uma discussão fundamental para tanto para os integralistas brasileiros como para os lusitanos. No caso do IL, perseverante em procurar na História de Portugal elementos de legitimação, buscou no sebastianismo forças para comprovar a validade da doutrina:

Na bibliografia do integralismo, vemos que o sebastianismo é aproveitado das seguintes formas: 1. Como característica racial. 2. Como forma de nacionalismo. 3. Como justificação de missão divina. 4. Como justificação do imperialismo. 1. A primeira [...] deve compreender-se como a afirmação esperançosa, ela própria talvez sebastianista, de uma reserva mística existente na população portuguesa, à qual os integralistas esperavam vir a recorrer para pôr em prática planos políticos. (Cardoso, 1982, p. 1404)

Nesse sentido, o IL desenvolvia discussões em torno da criação de uma mentalidade doutrinária a partir da mitologia, impulsionadas pelo argumento de que a busca épica e gloriosa seria o desejo da população. O apelo para angariar simpatizantes e engrandecer o pensamento intelectual era necessário para a sobrevivência do movimento, uma vez que

A renovação vinha na sequência do pensamento tradicional, pugnando por um renovar purificador do espírito português, uma modificação da mundividência dos portugueses pela restauração da Lusitanidade e pela luta da luminosa Verdade. Na reconstrução interessavam-lhe o ressurgimento material, a normalização das faculdades psicológicas do português, a pacificação e a segurança da vida social e política. Daí que se possa dizer que a mensagem integralista ficou eminente à solução imediata, sendo o caminho da reconstrução, naturalmente o preferido, dado o caos político-constitucional e sentimental generalizado provocado pelo estado amorfo da República demoliberal. (Ferreira, 2009, p. 243)

Desse modo, o sebastianismo colocava-se como elemento fulcral para os integralistas lusitanos, posto que a imagem de salvador era associada à imagem do Rei messiânico, místico e salvador. No caso da AIB, contudo, não havia rei, o que é uma diferença entre os modelos integralistas. Isso porque o Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, já era uma república consolidada, sendo o retorno monárquico inconcebível⁹. Esse contexto, entretanto, não impedia a chegada ao poder de um Messias. Em *O Rei dos Reis* (1945, p. 34), Salgado enunciava que “Dom Sebastião já não é o Dom Sebastião. Com o andar dos séculos, tornou-se o Esperado, o Desejado”. Desse modo, no lugar do rei seria necessário um novo profeta, posição a qual o líder integralista se apresentou, sugerindo ser o Dom Sebastião brasileiro.

Na liderança que assumiu na AIB, considerava internamente a imagem de messias, principalmente por ver na “atitude de passividade messiânica do povo brasileiro” (Trindade, 1979, p. 64) certo elemento positivo. O “chefe exprime uma consciência, uma cultura, uma unidade de propósitos” (Trindade, 1979, p. 64) e o propósito do discurso teórico do líder era justamente reeducar as massas, mas no viés doutrinário e autoritário. Ademais, é possível observar uma matriz europeia no pensamento pliniano. Em *A voz do Oeste: romance-poema da época das Bandeiras* (1934), o messianismo torna-se temática central, especificamente o sebastianismo. Nele, Plínio Salgado

[...] pensa que o povo brasileiro resulta da fusão do messianismo português (‘sebastianismo’), nascido da lenda de D. Sebastião, rei durante a dominação espanhola, com o messianismo indígena que ouviu o apelo da terra (a voz do oeste), de onde partiram seus ancestrais tupis. Os dois messianismos se mesclam na fusão dos dois povos. [...] deste encontro, nasceu o novo messianismo que não é nem o sonho errante do índio, nem o sonho contemplativo do lusitano. (Trindade, 1979, p. 65)

Por mais que o líder brasileiro tenha se posicionado de formas ambíguas acerca do messianismo¹⁰, é inegável que, assim como para os lusitanos, o apelo para uma liderança divina e incondicional foi fomentado na AIB. A força colocada em Deus na atribuição da liderança a ser criada em torno da sua imagem era vista como um elemento

natural e de necessidade perante a situação de destruição que o mundo do período entreguerras vivia:

Nesta hora tormentosa para o mundo, e neste momento de tantas angústias para o meu Brasil, sinto a minha responsabilidade grave e procuro falar menos como um agitador, que tive necessidade de ser para despertar minha Pátria do que como um construtor, um homem de Estado, um embaixador da Nova Nacionalidade. Volto-me para a única ‘fonte de água viva’, para a ‘luz do mundo’, para aquele que vivendo como um Deus a vida que só um Deus pode viver, ensinou aos homens a viver a vida de homens e deu-lhes o senso profundo da harmonia de que nos temos afastado tanto porque de há muito perdemos todo o conceito exato, linear, perfeito, da personalidade humana. (Salgado, 1936b, p. 124)

No componente de autoridade do IL, Hipólito Raposo destacou que à “ideia da igualdade humana, essencialmente injusta e anárquica, contrapunhamos a ideia de diferença que implica a hierarquia dos valores e a coesão da disciplina, sob o império da autoridade” (Raposo, 1929, p. 42). Nesse contexto, ressalta-se que o movimento português “apresentava uma série de propostas concretas essenciais à unidade: necessidade de um rei, como um líder único e incontestado” (Ferreira, 2009, p. 257). Com essa inspiração, Plínio Salgado, no Brasil, afirmava que, devido ao fato de que “a humanidade vai hoje caminhando sem disciplina, entregue a essas forças bárbaras que arrastam a todas as degradações e todos os crimes” (Salgado, 1934b, p. 62), era preciso a busca de uma solução forte capaz de resolver os males que atormentam a sociedade.

Em vista disso, o líder do integralismo brasileiro buscava desenvolver teorias para justificar a necessidade da forma autoritária nacionalista: “a Pátria, ela mesma, é uma expressão de disciplina. E, tendo desaparecido a disciplina, desaparece a Pátria [...] Como salvamos a Liberdade? Pela disciplina” (Salgado, 1934b, p. 222-223). Ressaltava, ainda, que “os governos perderam a autoridade” (Salgado, 1934b, p. 102), por isso havia a necessidade do discurso de força como único elemento de organização da sociedade brasileira:

Precisamos de autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam sua influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordens. (Salgado, 1936a, p. 3)

Com inspiração na trajetória do IL e buscando demonstração de força e poder, o integralismo brasileiro desenvolveu-se sob a égide da Igreja Católica (cf. Gonçalves,

2018), que passou a ser sustentáculo tanto para os brasileiros como para os lusitanos. Sobre essa relação da Igreja com o integralismo em Portugal, Pequito Rebelo afirmou:

A Monarquia não só reconhece a Religião, mas corporativista por essência, reconhece a Igreja no maior prestígio, dignificação e liberdade; e regime de ideal e espiritual, reconhece e projete todas as formas de embelezamento e elevação intelectual da vida humana, a arte e a ciência nos seus institutos, com sua representação. (Rebelo, 1921, p. 24)

No pensamento do IL, sobretudo no do principal intelectual – António Sardinha – , havia a prática da disciplina, elemento associado ao governo de força e autoridade. Em *O valor da raça*, o líder lusitano afirmava, por exemplo, que “O culto da disciplina cativa a juventude” (Sardinha, 1915, p. 173). De forma semelhante, Plínio Salgado pregava a disciplina no Brasil, tendo como objetivo a restauração da autoridade nacionalista contra o avanço democrático brasileiro no decorrer do século XX. Nesse sentido, defendia que

Em relação a esse importante setor, nós o mantemos com ‘escola de disciplina’. O camisa-verde aprende a ser modesto, diligente, respeitoso; adquire um exato conceito da Autoridade; aprende a amar a sua Pátria e a tudo sacrificar por ela, inclusive seus interesses e vaidades pessoais; aprende a sofrer, a calar, a trabalhar sem alarde; aprende a amar seus companheiros, que constituem hoje uma família de 400.000 irmãos. No dia em que todos os brasileiros forem ‘camisas-verdes’, estará resolvida a primeira questão desse complexo problema da Ordem. (Salgado, 1935a, p. 38)

Para a manutenção dessa ordem, havia a constante e suprema manutenção de Salgado na liderança da AIB. Assim, é possível verificar que havia uma força de rigidez e disciplina total no que se refere à organização e ao sentido do líder, conforme demonstram diversos documentos oficiais, como o *Regulamento do Departamento da Juventude Integralista*, em que se diz “Art.17º - O Chefe Nacional é o comandante supremo da Juventude Integralista” (Salgado, 1936c), e o *Estatutos da Ação Integralista Brasileira: 2º Congresso Integralista Brasileiro*, no qual consta que “A Ação Integralista Brasileira é uma associação civil, com sede na cidade de São Paulo, e é um partido político, com sede no lugar onde se encontrar o seu Chefe Supremo” (Salgado, 1950, p. 47).

A liderança de Plínio Salgado era indiscutível, assim como a sua atuação na construção política do integralismo brasileiro. Em 12 de junho de 1937, por exemplo, foi proclamado candidato à sucessão presidencial, na sessão soleníssima das Cortes do Sigma. Nesse momento, pronunciou um discurso, intitulado *O sentido cristão do integralismo*, em que afirmou:

Esse é o Estado Integral, como eu compreendo no recesso de minha consciência, nas horas caladas em que me dirijo a Deus, pedindo-Lhe que faça a felicidade de meu Povo. É por isso que neste momento, quero fazer-vos a profissão pública de minha fé: Eu creio em Deus Eterno; creio na Alma Imortal; creio no poder optativo, deliberativo, da Alma Humana e na sua capacidade de interferência nos fatos históricos, levantando as multidões e conduzindo-as. Creio em Cristo e na luz que d'Ele desce. Creio que aqueles que O invocam, que Lhe suplicam inspiração, que Lhe requerem humildemente sabedoria, força, esperança, escutam as harpas misteriosas dos Arcanjos que despertaram um dia os homens simples e de boa vontade para que louvassem o Senhor. Por Cristo me levantei; por Cristo quero um grande Brasil; por Cristo ensino a doutrina da solidariedade humana e da harmonia social; por Cristo luto; por Cristo ensino a doutrina da solidariedade humana e da harmonia social; por Cristo luto; por Cristo vos conclamo; por Cristo vos conduzo; por Cristo batalharei; Na hora da perseguição, das dificuldades, das incertezas, para nós, para o Brasil, quero contar convosco, ó Cristo. Na hora da vitória, quero construir convosco. E quando nos chamarem fracos, ó Cristo, eu vos peço, dai-nos, do alto da vossa glória, a vossa fortaleza. (Salgado, 1937b)

Nesse discurso, a relação da liderança com o aspecto religioso é notável. Esse elemento, presente de forma marcante também no IL, foi mote de Salgado, que pregava a defesa de uma unidade cristã e a força em torno do cristianismo. Desse modo, buscava associar a sua figura de líder político a de líder religioso, tendo em vista o uso da imagem carismática como um elemento de unidade no integralismo brasileiro. Em entrevista concedida em 1970, afirmou que acreditava possuir “uma capacidade inata de comunicação com as massas. Embora não saiba explicar se se trata de um fenômeno psicológico ou de uma natureza, tem a certeza de possuir esse dom pessoal” (Trindade, 1979, p. 168).

Juntamente com a concepção religiosa, o líder do integralismo no Brasil elaborou outra forma de fortalecer a família cristã – um dos pilares do movimento. Para Salgado, o município possuía, por meio da família, a garantia de autonomia de um processo organizativo na política. Nesse sentido, exclamou, no *Manifesto de Outubro*, que era preciso “fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), segundo os impositivos da Nação Organizada, com bases nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família” (Salgado, 1932, p. 8). Complementarmente, na *Diretrizes Doutrinárias* (1933), afirmou que

O Município é uma reunião de famílias. A origem do município na Família tornou-o sagrado, intangível, em tudo o que disser respeito a seus interesses peculiares. Esses interesses, porém, como os individuais, não podem exorbitar, ao ponto de a si próprios se ferirem. Assim, o Integralismo, mantendo a autonomia do município, subordina-

o aos interesses da região ou da Nação, em tudo o que se relacionar com serviços de caráter geral e técnico.

Tal defesa fez com que ganhasse o rótulo de “pioneiro do municipalismo”,¹¹ entretanto, não se tratava de um pioneirismo, uma vez que a valorização da autonomia municipalista era presente já no discurso do integralismo lusitano. Hipólito Raposo (1929, p. 33-35) afirmou que o “mestre” António Sardinha “era tradicionalista, tinha no mais alto grau o culto do lar e da família, professava e justificava a necessidade da nobreza, era municipalista, regionalista [...] Municipalistas éramos”.

Sendo assim, houve uma clara base inspiratória lusitana na concepção das ideias acerca da autonomia municipal por parte de Salgado, que enfatizou a associação com a família. Com base nos valores tradicionalistas de cunho religioso e com objetivo claro de catequização social, o líder da AIB argumentava que

A Família é a defesa moral do Homem que, só em razão dela, não se animaliza e só pelo seu respeito não se escraviza. Consequentemente, sustentamos o princípio da Propriedade. Porque ela é a garantia da Família, a defesa material do indivíduo e o elo concreto através do qual as gerações se ligam. A Propriedade é a esperança do trabalhador. Motivo por que o Estado Integral se opõe ao sentido capitalista da civilização burguesa e liberal, pois o capitalismo atenta contra o princípio da Propriedade, absorvendo, dia a dia, as posses dos pequenos, prosseguindo na sua obra marxista de proletarização das classes médias, sufocando as pequenas iniciativas com juros onerosos e escravizando as nacionalidades através de operações financeiras leoninas. Sustentamos os princípios da Família e da Propriedade, na defesa do operário, do pequeno artífice, do lavrador ou comerciante, na defesa das classes médias e liberais. Como consequência, o Estado Integral defende violentamente, a ideia da Pátria. [...] A voz da Pátria foi uma realidade histórica muito mais forte do que a luta de classe. (Salgado, 1995, p. 75-76)

Os pontos de defesa expressos no lema – “Deus, pátria e família” – eram evidentes, bem como a força antimaterialismo e a ênfase em elementos espiritualistas de cunho social, o que se assemelhava sobremaneira ao IL. Acerca do movimento português, Fernão da Vide apresentou uma interpretação convergente com esses ideais, afirmando que

Por via da instituição da Família, a raça apegava-se cada vez mais à terra onde dormiam para sempre os seus mortos e de onde germinava o trigo loiro em cada retorno da primavera. [...] As várias formas de vinculação da terra à Família, e nomeadamente ao regime de vinculação por aforamentos, deveu o povoamento do Reino o seu maior e mais rápido incremento. [...] O conceito de Família, por tal maneira andava só pela conquista e amanho das terras se elevou e nobilitou, e esta só pela sua vinculação à comunidade familiar foi levada ao seu maior

aproveitamento social, moralizada pela forte tendência de ascensão que à família proprietária estimulava e conduzia. (Vide, 1923, p. 38-40)

O elemento de defesa da terra, sustentáculo basilar para a família, era presente nos dois movimentos, que tinham a defesa da propriedade como questão central para o combate e luta maior, o comunismo. No *Manifesto de Outubro*, por exemplo, Plínio Salgado (1932, p. 2-5) afirmava que “Deus dirige os destinos dos povos. O Homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade” e que “O comunismo trama contra todos”. Para o combate, o líder da AIB utilizava artifícios em torno de um discurso emocional (visto como cômico), buscando impedir que grupos sociais brasileiros entrassem na defesa materialista:

Vi estampada numa revista de propaganda da URSS, a fotografia de um ‘posto de ordenação’ dos Soviéticos. Uma fila de mulheres deixando-se ordenhar, como vacas, porque na Rússia é proibido às mães amamentarem seus filhinhos. Essa cena degradante, que apresentam como reclame do regime, demonstra a escravidão de um povo. No Brasil, jamais as mães tolerariam isso. (Salgado, 1936b, p. 52-53)

De forma similar, o IL demarcava os mesmos inimigos, identificados como causadores dos males. Nesse sentido, Luis de Almeida Braga afirmava que “O comunismo é um efeito, não é uma causa: é o remate lógico e normal do Liberalismo da Democracia, das falsas ideias igualitárias da Revolução Francesa” (Braga, 1959). Ademais, ao analisar a prática do regime soviético, em ascensão no período, Pequito Rebelo (1921, p. 31) argumentava que

Esta experiência fez-se, na Rússia, com retumbante fracasso. A organização soviética, sendo a desorganização sistemática, deu o imediato retrocesso à barbárie, não se mostrou forma de vida, mas processo de morte. Passou logo a Rússia ao regime bolchevista: deixaram de mandar os operários e soldados, passou a tripudiar uma minoria de judeus intelectuais, apoiados numa guarda vermelha chinesa. Esta ditadura, feita sempre em nome do proletário, tem de fato renunciado a todos os princípios socialistas, pondo em vigor muitos princípios monárquicos; substitui o internacionalismo pelo nacionalismo, o pacifismo pelo militarismo, o parlamentarismo pela ditadura; depois de fuzilar muitos patrões, tomou os restantes e pô-los à testa das empresas com o nome de especialistas, ganhando milhares de rublos, e com os mais discricionários poderes sobre os trabalhadores, reconstituindo assim o patronato; por fim restabeleceu já, nos campos, a propriedade individual e, no xadrez internacional, favorece os desígnios do capitalismo cosmopolita. O bolchevismo em linguagem de lavrador é o trágico motim de todo o pessoal de uma herdade, que, levado por más ideias, assassina o patrão e subchefes para governar uns momentos na preguiça e na desordem até que novos chefes lhes fazem

pagar com redobrado rigor os momentos de licença de que gozaram os seus baixos instintos.

Com a mesma apelação, Plínio Salgado (1936b, p. 28) utilizava um discurso de força, afirmando que “Os comunistas erguem a bandeira vermelha, com a foice e o martelo. Nós erguemos a bandeira verde-amarela e, para sustentá-la, para garanti-la, desfraldamos a bandeira azul e branca do sigma”. Indicava, também, que

O comunismo não é uma causa: é um sintoma. O mal não é o comunismo em si, porém, são as causas que geram o comunismo. O comunismo, por consequência, não se acaba com violência, com opressões e fuzilamentos: acaba-se com a extinção das fontes de que ele provém. É preciso encararmos o comunismo sob os dois aspectos pelos quais ele se apresenta: o intelectual e o moral. Sob o ponto de vista intelectual, o comunismo só pode ser combatido, eficientemente, pela crítica, pelas ideias, no livro, na tribuna, na imprensa. Sob o ponto de vista moral, o comunismo só pode ser combatido pelas medidas que melhorem o sofrimento da massa e pelos exemplos de virtude. Tanto o estado de espírito do intelectual como o estado de espírito do inculto, porém, sentimental, só podem ser substituídos por uma nova concepção da vida. Será, porém, inútil, tanto a ação do pensamento como ação do sentimento, se ela não for prestigiada pelo exemplo. Estancar as fontes do comunismo, - eis o nosso trabalho. (Salgado, 1937c, p. 7-8)

Existia, portanto, no discurso da liderança central da AIB o apontamento da culpa dos materialistas em relação a problemas do Brasil. A partir disso, apresentava a existência de apenas uma alternativa para solucioná-los: o movimento integralista, com o propósito de “assentar sobre bases sindicais corporativas [...] a estrutura do Estado Novo” (Salgado, 1936a, p. 8). No *Manifesto de Outubro*, indicava que

[...] a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem, cada uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Nacionais. Os eleitos para as Câmaras Municipais elegem o seu presidente e o prefeito. Os eleitos para os Congressos Provinciais elegem o governador da Província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o Chefe da Nação, perante o qual respondem os ministros de sua livre escolha. (Salgado, 1932, p. 4-5)

Anos antes, os integralistas lusitanos, a partir de seu texto fundacional, já apontavam o corporativismo enquanto componente central do seu projeto, sobretudo no que concerne às questões econômica e familiar administrativa:

1) Aspecto Econômico: [...] *Corporação*: sindicatos operários, patronais e mistos, sua personalidade jurídica, fiscalização da empresa, fomento dos interesses comuns, arbitragem, etc. *Graus corporativos superiores*: sistematização profissional, colégios técnicos, câmaras de trabalho, etc. *Nação Econômica*: Política econômica do governo central (Rei, ministros, conselhos técnicos), função supletória de fomento

(protecionismo, tratados comerciais) – função de fiscalização e coordenação dos vários graus de hierarquia econômica. 2) Aspecto familiar administrativo: [...] *Nação Administrativa: Órgão* – a Assembleia Nacional assistida do conselho técnico geral (permanente ou de convocação temporária). *Representação* – delegações provinciais, municipais, escolares, corporativas; delegação eclesiástica, militar, judicial, etc. *Função* – consulta sobre a aplicabilidade na prática, das leis que os ministros e os respectivos conselhos técnicos elaboraram (aprovação de impostos, orçamento, etc.). (“O que nós...”, 1914, p. 5).

Em vista do exposto, é possível observar que houve o estabelecimento de múltiplas convergências entre os dois movimentos política, como o nacionalismo autoritário, o conservadorismo radical, o anticomunismo, o antiliberalismo, a antioligarquia e a defesa do espiritualismo. Da mesma forma, é notável que existiram divergências, como a oposição entre monarquia e república e a forma de ação – enquanto a AIB colocava-se como um movimento político mobilizador da massa social, o IL era mais elitizado.

Considerações finais

A política integralista de Plínio Salgado obteve certo sucesso, uma vez que conseguiu arregimentar milhares de militantes, no entanto, nunca alcançou o poder central, assim como os lusitanos, que, apesar do caráter intelectual inerente ao movimento, exerceram grande influência em movimentos de extrema direita em Portugal e em outros países, como Brasil. Ambos os movimentos tiveram seu crescimento interrompido no contexto de instauração dos Estados Novos de António de Oliveira Salazar e de Getúlio Vargas. Isso, entretanto, não impediu a continuidade dos processos de circularidade. Na verdade, a ilegalidade da AIB abriu espaço para um novo momento da relação luso-brasileira de Plínio Salgado: o exílio em Portugal, que ocorreu entre 1939 e 1946 (Gonçalves, 2023).

As ideias lusitanas conformaram-se como um elemento fundamental na consolidação das concepções político-intelectuais do líder do integralismo brasileiro. Na primeira metade do século XX, por meio de uma associação entre as matrizes vindas da infância, da juventude e da interlocução com modernistas, desenvolveu uma série de apropriações de ideias que estavam disponíveis em seu tempo. Para além da influência do fascismo italiano, houve uma circularidade luso-brasileira em que os conservadorismos português e brasileiro estavam inseridos. Assim, formaram-se redes de

sociabilidade intelectuais entre os dois países, que possibilitaram trocas e circulações de ideias (Gonçalves, 2018).

Essas relações de Salgado com Portugal foram fundamentais para a continuidade do integralismo brasileiro após 1937. No exílio, o líder fascista buscou o estabelecimento de um discurso cristão, que seria incontestável e possibilitaria a reconstrução do integralismo. Dessa forma, redefiniu a AIB a partir da reordenação do pensamento, das ações e das articulações políticas em torno do espiritualismo católico, o que inaugurou uma nova fase política no período pós-guerra baseada no cristianismo português, a partir da fundação do Partido de Representação Popular (PRP), que apresentava um discurso em defesa da política portuguesa, no âmbito do Estrado Novo de Salazar.

Referências

- BRAGA, Luís de Almeida. O Comunismo. *O debate*, Lisboa, 04 mai. 1959.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano. *Análise Social*, Lisboa, n. 72-73-74, p. 1399-1408, 1982.
- CARVALHO, Paulo Archer de. De Sardenha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranoia. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 17, p. 79-123, 1995.
- CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. *Análise Social*, Lisboa, n. 70, p. 137-182, 1982a.
- FERREIRA, Nuno Simão. A I República e os integralistas: a visão de Alberto de Monsaraz. *Lusíada: história*, Lisboa, n. 5-6, p. 237-193, 2009.
- FERREIRA, Nuno Simão. Alberto de Monsaraz e o integralismo lusitano: pensamento a acção. *Lusíada: história*, Lisboa, n. 2, p. 253-308, 2005.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. Transnational Fascism: Portugal and the Brazilian Integralism of Plínio Salgado. *Journal of Iberian and Latin American Studies*, v. 29, p. 273-193, 2023.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: Um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

JUNTA ESCOLAR DE COIMBRA DO INTEGRALISMO LUSITANO (JEC-IL – AHS-ICS, C034).

MARTINS, Fernando. Integralismo Lusitano e Política Nacional: as metamorfoses e os desafios da década de 1920. In: BAIÔA, Manuel (Ed.). *Elites e Poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE, 2004.

MONSARAZ, Alberto de (Ed.). *Cartilha Monárquica*. 3. ed. Lisboa: Soares & Guedes, 1920.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Org.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011, v. 1.

O QUE NÓS queremos. *Nação Portuguesa*, v. 1, n. 1, p. 4-6, 1914.

PACHECO, Gabriela Santi; GONÇALVES, Leandro Pereira. Fascismo e Modernismo: a atuação de Plínio Salgado na década de 1920. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 57-81, 2022.

PACHECO, Gabriela Santi; LAZZARINI, Alice Bento. Fascismo, catolicismo e corporativismo: conexões entre patrianovismo e integralismo. *Faces da História*, n. 9, n. 2, p. 90-112, 2022.

PINTO, António Costa. A formação do integralismo lusitano (1907-17). *Análise Social*, Lisboa, n. 70, p. 1409-1419, 1983.

PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

QUINTAS, José Manuel. *Filhos de Ramires: as origens do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Nova Ática, 2004.

RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Fereí Torres, 1929.

REBELO, José Pequito. *Cartilha do Lavrador*. Lisboa: Ferin, 1921.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de outubro de 1932*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

SALGADO, Plínio. *Diretrizes Doutrinárias de 1933*. Natal: Edição do núcleo municipal de Natal, 1933.

SALGADO, Plínio. *Cartilha do Pliniano*. Rio Claro: Edição do núcleo municipal de Rio Claro, 1934a.

SALGADO, Plínio. *O sofrimento universal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934b.

SALGADO, Plínio. *A doutrina do Sigma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935a.

- SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935b.
- SALGADO, Plínio. *Psycologia da Revolução*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935c [1933].
- SALGADO, Plínio. *Manifesto-Programma*: de janeiro de 1936 – Concretização da Doutrina do Manifesto de Outubro de 1932. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1936a.
- SALGADO, Plínio. *Palavra nova dos tempos novos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936b.
- SALGADO, Plínio. *Regulamento do Departamento da Juventude Integralista* (APHRC/FPS). 1936c.
- SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937a [1933].
- SALGADO, Plínio. *O sentido cristão do integralismo* (APHRC/FPS-100.007.007), 1937b.
- SALGADO, Plínio. *Páginas de combate*. Rio de Janeiro: Antunes, 1937c.
- SALGADO, Plínio. *O Rei dos Reis*: seguido de Mensagens ao Mundo Lusíada. Lisboa: Pro Domo, 1945.
- SALGADO, Plínio. Estatutos da Ação Integralista Brasileira: 2º Congresso Integralista Brasileiro. In: SALGADO, Plínio. *O integralismo perante a nação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950 [1953]. p. 47-48.
- SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. 5. ed. São Paulo: GRD, 1995 [1926-1934].
- SARDINHA, António. *A teoria das cortes gerais*. 2. ed. Lisboa: qp, 1975 [1925].
- SARDINHA, António. *O valor da raça*: introdução a uma campanha nacional. Lisboa: Almeida Miranda & Sousa, 1915.
- STERNHELL, Zeev.; SZNAJDER, Mario.; ASHÉRI, Maia. *The birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva História, 1989.
- TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.
- VIDE, Fernão da. *O pensamento integralista: seus fundamentos históricos-científicos – determinação & oportunidade do seu objectivo social & político*. Lisboa: Propriedade da Junta Provincial da Estrema, 1923.

¹ A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Fundada em 1898 por Charles Maurras, Maurice Pujo e Henri Vaugeois, a *Action Française* foi uma liga monarquista conservadora e o principal movimento reacionário da França do século XX. Defendia o corporativismo e o catolicismo, baseando-se em princípios contrarrevolucionários, antiparlamentares e pró-descentralização. Pode ser compreendida como precursora do pensamento autoritário, inspirando diversas doutrinas revolucionárias de caráter conservador e reacionário (Sternhell et al., 1995).

³ A principal composição política do integralismo, sem dúvidas, esteve presente no pensamento do líder. Entretanto, além do “chefe nacional”, a AIB contava com a liderança de Gustavo Barroso, segundo grande nome do movimento, comandante-geral das milícias integralistas e um dos mais destacados difusores do antissemitismo no Brasil, e do jovem advogado Miguel Reale, terceiro nome na hierarquia integralista e chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos, sendo considerado um dos principais ideólogos, tendo em vista sua dedicação à elaboração e sistematização dos fundamentos teóricos do “Estado Integral”.

⁴ Termo utilizado por José Manuel Quintas (2004, p. 22) ao mencionar os fundadores (1ª geração) de integralistas lusitanos.

⁵ Por meio do Pacto de Paris em 17 de Abril de 1922, os monárquicos liberais e legitimistas foram unificados, em um documento assinado por Ayres d'Ornellas, representando D. Manuel, e por Conde d'Almada e Avranches, representando D. Duarte Nuno. Entretanto, não havia consenso, pois parte dos monárquicos demonstrava insatisfação, como os integralistas lusitanos.

⁶ O integralismo brasileiro, que desde a origem apresentava-se enquanto movimento, transforma-se em partido político em 1935, no âmbito do Segundo Congresso Integralista, que ocorreu em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, em março do referido ano.

⁷ O N/S foi organizado por integralistas lusitanos que optaram por transportar-se à ação, radicalizando a proposta em torno de ideais fascistas. Esse processo iniciou-se no interior da revista *Política*, organizada pela Junta Escolar de Lisboa do IL entre 1929 e 1931, e concluiu-se, com a fundação oficial do movimento, em 1932. Os fascistas portugueses tinham como liderança central Francisco Rolão Preto e buscavam consolidar-se como força econômica e social destinada a sistematizar um novo sistema corporativo e implementar um Estado nacionalista, o “Estado Nacional Sindicalista” (Pinto, 1994).

⁸ No ano de 1929, no âmbito do modernismo brasileiro, divulgou-se o *Manifesto do Verdeamarelismo*. Nele pode ser encontrado um discurso baseado no nacionalismo cultural e político, mas, por sua vez, inserido no contexto de ascensão dos movimentos totalitários europeus e, dessa maneira, inspirado nesses regimes em que o nacionalismo mostra sua ação de forma autoritária. Um dos principais defensores desse manifesto era Plínio Salgado, que encontrou no grupo Verdeamarelo uma concepção de nacionalismo. Entretanto, em sua compreensão, era necessário aprofundar o debate, o que ocorre com a fundação do grupo Anta. Com a sua fundação, há um rompimento de Salgado com os verdeamarelos e uma guinada rumo à radicalização do pensamento: era preciso, na visão do intelectual, criar a consciência da nacionalidade. O manifesto, seguindo da fundação do grupo, configura-se como uma espécie de “criador de pensamento”, pois é nesse momento que a gênese central da AIB começou a ser desenvolvida. (Pacheco; Gonçalves, 2022).

⁹ O fato de a República brasileira estar consolidada, no entanto, não impedia que existissem grupos que clamassem pelo retorno ao modelo monárquico, como é o caso da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), que inclusive possuía estreitas relações com a AIB, por apresentar uma proposta convergente em torno de questões como a implementação de um Estado corporativo. Cf. Pacheco e Lazzarini, 2022.

¹⁰ Salgado escreveu alguns romances, como *O estrangeiro* (1926), *O esperado* (1931) e *O cavaleiro de Itaraté* (1933), que formavam a trilogia “Crônicas da Vida Brasileira”. Após a coletânea, em 1934, publicou *A voz do Oeste: romance-poema da época das Bandeiras*. Dentre eles, *O esperado* e *A voz do Oeste* destacam-se em relação à abordagem sobre a temática do messianismo. No primeiro, há uma crítica ao assunto em questão, enquanto no segundo não há negação do valor messiânico. Cf. Gonçalves, 2018.

¹¹ O termo “pioneiro do municipalismo” acompanhou Plínio Salgado durante toda a vida. Exemplo claro ocorreu nas eleições presidenciais de 1955, em que vários *souvenirs* eram distribuídos aos eleitores com a foto de Plínio Salgado e o termo do municipalismo caracterizando o candidato presidencial.

Artigo recebido em 01/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024